

AVEIRO



1 Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, onde o juiz presta atualmente serviço 2 Gumerindo Lourenço terá corrompido o magistrado, suspeito a Justiça

# Juiz tem vida de luxo paga por empresário

**INQUÉRITO** ♦ Magistrado suspeito de dar informações sobre processos em troca de dinheiro, carro e estadias em hotéis **CASO** ♦ Suposto corruptor já foi condenado por fraude na obtenção de subsídio

PAULA GONÇALVES\*

As ligações entre um juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro e um empresário de Viseu estão a ser investigadas pelo Ministério Público do Tribunal da Relação de Coimbra, por suspeita de corrupção. A Justiça acredita que o magistrado João Evangelista Fonseca, 53 anos, terá ale-

**MAGISTRADO NÃO FOI CONSTITUÍDO ARGUIDO NEM OUVIDO NO INQUÉRITO**

gadamente fornecido informações sobre processos judiciais ao empresário de hotelaria Gumerindo Lourenço, em troca de dinheiro, do pagamento de estadias em hotéis e uso de um carro da marca Mercedes.

João Evangelista Fonseca, que anteriormente esteve no Tribu-

nal Administrativo e Fiscal de Viseu, terá ainda feito assessoria jurídica ao empresário, estando a isso proibido. Gumerindo Lourenço foi condenado em 2018 por fraude na obtenção de subsídio, que lesou o Estado em mais de 2 milhões de euros. O Tribunal de Viseu, onde foi julgado, aplicou-lhe cinco anos e três meses de prisão efetiva. O Tribunal da Relação de Coimbra fez uma redução para quatro anos e três meses e suspendeu-lhe a pena. Os factos que estavam em causa estão relacionados com a construção de um hotel em Fornos de Algodres.

O inquérito que investiga agora as ligações entre o juiz e o

PORMENORES

**Esquema provado**

No processo em que foi condenado o empresário de Viseu ficou provado que o arguido montou um esquema para obter um apoio financeiro superior ao necessário, para que o subsídio a atribuir fosse suficiente e não tivesse necessidade de recorrer a capitais próprios.

**Suspeitos incontactáveis**

O CM tentou contactar Gumerindo Lourenço e João Evangelista. Uma funcionária da firma do empresário referiu que só hoje poderia responder. O CM tentou igualmente chegar à fala com o juiz no Tribunal em Aveiro, mas sem sucesso.

empresário foi instaurado em 2018. O Ministério Público está a verificar se o juiz recebeu de facto contrapartidas do empresário, estando nomeadamente a analisar estadias do magistrado, familiares e amigos em hotéis. O Mercedes GLC (custa no mínimo 60 mil euros) que usa, mas que está alocado à mulher através de um contrato de aluguer de longa duração, também é visado neste inquérito.

A investigação ainda estará no início, tendo a PJ de Aveiro feito recentemente buscas no gabinete do magistrado no tribunal e na sua casa. O CM apurou que o juiz ainda não foi constituído arguido nem foi ouvido no inquérito. ♦ \*COM.T.V.P./P.J.D.

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

